

Projeto

Análise do Mapeamento e das Políticas para Arranjos Produtivos Locais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil

Relatório Final

Síntese dos Resultados, Conclusões e Recomendações – Espírito Santo

Versão para Discussão Interna - Seminário



O BANCO DO DESENVOLVIMENTO
DE TODOS OS BRASILEIROS



UFSC
Departamento
de Economia

RedeSist
www.redesist.ie.ufrj.br



Projeto
Análise do Mapeamento e das Políticas para Arranjos Produtivos Locais
no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil

Universidade Federal do Espírito Santo
Departamento de Economia
Grupo de Pesquisa Inovação e Desenvolvimento Capixaba

Relatório Final

Síntese dos Resultados, Conclusões e
Recomendações – Espírito Santo

Espírito Santo

Equipe Estadual

Coordenação:
Prof. Arlindo Villaschi Filho

Pesquisadores:
Ednilson Silva Felipe
Ueber José de Oliveira

Mestranda:
Talita Drumond

Graduandas:
Jamilly Viviane dos Santos Freitas;
Nívia Cavatti Maciel;
Thais Oliveira de Oliveira;
Patrícia Cristina de Abreu Dias

Equipe de Coordenação do Projeto / RedeSist

Coordenador: Renato Ramos Campos

Marco Vargas
Fabio Stallivieri
Pablo Bittencourt

Índice

1. Trajetória e Estrutura Institucional das Políticas Estaduais para Apls	1
1.1 – <i>Sobre a Política Estadual voltada para os Arranjos Produtivos Locais no Espírito Santo...</i>	1
1.2 - <i>Os Organismos e Coordenação e Implementação de Políticas Estaduais para Arranjos Produtivos Locais e o Foco/Tipo das Políticas.</i>	2
2. Metodologias Adotadas para Identificação dos Arranjos Produtivos Locais e os Principais Mapeamentos Existentes de Arranjos Produtivos Locais no Estado, Vantagens e Limitações.	4
2.1 – <i>Principais Metodologias Usadas para a Identificação dos Arranjos Produtivos Locais no Espírito Santo.....</i>	4
2.2 – <i>Mapeamento de Arranjos Produtivos Locais no Espírito Santo: alguns elementos críticos..</i>	7
2.2.1 – <i>Mapeamento através dos organismos oficiais do Estado</i>	7
2.2.2 – <i>Mapeamento SEBRAE</i>	9
2.2.3 – <i>Mapeamento de Associações Empresariais</i>	11
3. Aglomerações Produtivas e Fluxos de Comércio no Estado: Análise Exploratória da Contribuição dos APLs.	11
3.1 – <i>Análise dos Fluxos de Comércio dos Arranjos Produtivos Locais no Espírito Santo</i>	11
4. A Ação de Apoio a APLs, Avaliação das Políticas e Possibilidades do Governo Estadual.	14
5. Diretrizes para uma Política Estadual de Apoio a APLS.....	15
5.1 – <i>Sobre a Natureza das Políticas Públicas Voltadas para os Arranjos Produtivos Locais</i>	15
5.2 – <i>Linhas Básicas de uma Política para Arranjos Produtivos Locais no Espírito Santo.....</i>	16
5.2.1 – <i>Um sistema de crédito para Arranjos Produtivos Locais</i>	17
5.2.2 – <i>Uma política e estratégia para capacitação empresarial e social nos Arranjos Produtivos Locais no Espírito Santo</i>	19
5.2.3 – <i>Governança e construção da identidade representativa do APL.....</i>	19
Considerações Finais.....	21
Fontes Utilizadas:.....	24

1. Trajetória e Estrutura Institucional das Políticas Estaduais para Apls

O objetivo deste capítulo é destacar a trajetória recente da política estadual capixaba voltada para o apoio aos APLs. Além disso, serão apresentadas também as entidades que coordenam e articulam essas ações, de forma a tornar clara a estrutura institucional no Espírito Santo voltada para esses conjuntos de empresas.

1.1 – Sobre a Política Estadual voltada para os Arranjos Produtivos Locais no Espírito Santo

No Estado do Espírito Santo, a utilização do conceito de Arranjos Produtivos Locais como instrumento para apoio às empresas em aglomerados datam do ano de 2000, com ênfase em setores econômicos com algum grau de importância regional.

No período seguinte, de 2001 a 2004, as ações da política estadual buscavam articular a aplicação dos recursos federais em resposta às demandas das empresas localizadas em aglomerações produtivas. Adotava-se o conceito de APL indicado pelo MCT que entendia um arranjo produtivo local como um fenômeno empírico caracterizado por aglomeração de unidades produtivas de um mesmo ramo da economia, em uma determinada e definida fração do território; usufrui de economias externas; e apresenta articulação e interação que resulta em algum grau de interdependência na tomada de decisões (MCT, 2002, pg.5).

Em atendimento ao Programa Ação Regional de C&T, do Ministério de Ciência e Tecnologia – MCT, a fim de captar recursos federais, constituiu-se o Comitê Gestor Estadual, liderado pela Coordenação de Ciência e Tecnologia, vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento. Este Comitê tinha a prerrogativa de selecionar as demandas estaduais para serem submetidas ao Grupo de Gestão Compartilhada formado pelo MCT, pela FINEP e pelo CNPq. Sob essa ótica foram contemplados, o APL de Mármore e Granito de Cachoeiro de Itapemirim para o Projeto REDES – Programa de Desenvolvimento em Redes de Rochas Ornamentais do Espírito Santo, e posteriormente, APL de Fruticultura de Mamão da Região Norte do Espírito Santo e o APL de Móveis de Linhares.

A participação do SEBRAE-ES nas ações voltadas para APLs datam de 2002. Em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo SEBRAE-NA, o SEBRAE-ES passou a atuar seguindo o conceito consolidado no Termo de Referência para Atuação do SEBRAE em APL (SEBRAE, 2003, pg.12): “arranjos produtivos locais são aglomerações de empresas, localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm algum vínculo de articulação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como, governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa”.

Na agenda do Governo Estadual, a diretriz era que a promoção dos arranjos produtivos seria uma das bases da política de fortalecimento da economia capixaba e que adensar e otimizar os arranjos produtivos locais seria um dos objetivos dos eixos estratégicos de ação (GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2003, pg. 62).

Em 2003, o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior inicia a coordenação interinstitucional com o objetivo de promover a complementariedade das ações das entidades ofertantes aos APL's; é criado o Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais – GTP/APL com o objetivo de congregar as ações existentes no âmbito federal, elaborar e propor diretrizes gerais para a atuação das entidades federais no apoio aos APL's. O Espírito Santo tinha o APL de Rochas Ornamentais dentre os onze APL's pilotos do Brasil. A SEDETUR e o SEBRAE-ES participavam como integrantes da equipe do APL de Rochas Ornamentais do Espírito Santo.

Em 2004, o GTP/APL¹ é instalado por Portaria Interministerial e amplia o número de entidades participantes. Redefine sua atuação considerando a necessidade de descentralizar suas ações e, especialmente, de ordenar e priorizar as demandas estaduais através do estímulo à criação de núcleos estaduais para os arranjos produtivos.

Em 2005, o Governo Estadual coordena a elaboração do Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025 – ES2025 (GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2006). Neste Plano, os arranjos produtivos locais são considerados chaves para a inserção competitiva da economia capixaba e, sobretudo, fundamentais para a promoção do desenvolvimento no interior do Estado. São vistos como os grandes vetores do desenvolvimento econômico no interior do estado e a partir de ações coordenadas junto a eles passariam a ser responsáveis pela maioria dos empregos gerados no Estado.

O Plano indica os arranjos produtivos de rochas ornamentais, confecções e vestuário, florestal moveleiro, fruticultura, metal mecânica, cafeicultura e turismo, porém sem territorialidade o que sugere a falta de explicitação de um conceito. A abordagem se aproxima mais à tradicionalmente utilizada para setores já que está ausente na proposta qualquer dimensão territorial. Além disso, a operacionalização do Plano com relação aos APL's também careceu de efetivação.

Em 2006, o Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais – GTP/APL fez uma chamada aos estados para implantação de núcleos estaduais. Assim, seguindo a orientação do MDIC, o Espírito Santo implantou, em dezembro, o Núcleo Estadual para Apoio aos Arranjos Produtivos Locais do Espírito Santo – NE-APL/ES por meio de evento com a adesão de vinte entidades que serão caracterizadas no próximo capítulo.

Foram então inscritos os APL's Moveleiro de Linhares e Região; Vestuário da Região Noroeste – Colatina; Metalmeccânico da Grande Vitória com ênfase em petróleo e gás; Agroturismo da Região Centro-Serrana e, ratificado o APL de Rochas Ornamentais de Cachoeiro de Itapemirim. Efetivamente somente o APL de Rochas Ornamentais recebeu apoio. O conceito disseminado e utilizado no âmbito do Espírito Santo pelo NE-APL/ES era, e continua a ser, o de APL enquanto “... um número significativo de empreendimentos no território e de indivíduos que atuam em torno de uma atividade produtiva predominante e, que compartilhem formas percebidas de cooperação e algum mecanismo de governança”. (MDIC, 2006, pg. 5).

Assim, as ações voltadas aos APLs no Espírito Santo passam a fazer parte da agenda de políticas estaduais por dois caminhos. Ou quando em resposta às diretrizes de alocação de recursos federais (fossem através do Sebrae, do MCT ou do MDIC); ou como forma de contemplar MPE's em aglomerações localizadas em diversos espaços do estado, poucas delas diretamente ligadas aos segmentos motrizes da dinâmica econômica local (metalurgia, celulose e logística de comércio exterior).

1.2 - Os Organismos e Coordenação e Implementação de Políticas Estaduais para Arranjos Produtivos Locais e o Foco/Tipo das Políticas.

A política estadual para APLs no Espírito Santo teve início sob os cuidados da Coordenação de Ciência e Tecnologia - COECT, vinculada à Secretaria Estadual de Planejamento. Esta Coordenação teve como principal propósito atender às prerrogativas do Ministério de Ciência e Tecnologia por meio do envio das demandas dos arranjos produtivos estaduais.

Orientada pelo Roteiro de Caracterização de Arranjos Produtivos Locais (MCT, 2002), a COECT exercia a coordenação do Comitê de Gestão Estadual com o objetivo de articular as demandas dos APLs com as orientações do MCT. Em nível federal, o MCT coordenava o Grupo de Gestão Compartilhada, formado pela FINEP e pelo CNPq, que tinha como objetivo apreciar as demandas enviadas pelo Comitê de Gestão Regional/Estadual.

¹ Contida em MDIC (2006).

Assim, a política implementada pela COECT era em resposta ao MCT e para seleção de projetos para aplicação do Fundo de Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - FUNCITEC. O Comitê de Gestão Estadual era formado por representantes da Secretaria Estadual de Planejamento; Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves – IPES; Instituto de Pesquisa e Extensão Rural do Espírito Santo – INCAPER e Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. A principal função desse colegiado era selecionar os APL's através dos critérios estabelecidos pelo MCT com base na relevância do desenvolvimento econômico e da capacidade inovativa.

Entre o final de 2003 e início de 2004 observou-se uma desmobilização em nível estadual com relação às políticas públicas explicitamente voltadas para a dinamização de APL's. Isso, ao que tudo indica, em função de alterações na política nacional para arranjos produtivos que passava para a coordenação do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior por meio da constituição do Grupo de Trabalho Permanente de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais – GTP-APL.

Enquanto isso, o SEBRAE-NA já tinha definidas as diretrizes para atuação nos arranjos produtivos locais e capacitado seu quadro técnico, orientados por pesquisadores e consultores especializados (SEBRAE, 2003). Em função disso, em 2003 o SEBRAE-ES conduzia ações de apoio com foco em capacitação empresarial e fomento à cooperação e apoio à governança através da contratação de consultores locais.

A partir de 2004, essa atuação foi estruturada pela metodologia Gestão Orientada para Resultados – GEOR que focava a gestão das ações. Através desta metodologia, a governança local, representada por agentes empresariais (e outros) locais, identificava e articulava as principais ações ao longo de um determinado período e as respectivas entidades de apoio, denominados de parceiros. O foco desta política foi muito mais de coordenação de diversas ações e de execução de outras no âmbito de atuação do SEBRAE-ES.

Em meados de 2007, o SEBRAE-ES passou por um processo de avaliação que resultou em sua saída de processos de condução da governança local. Essa foi vista como a forma mais efetiva de resposta da instituição à falta de interlocução, cooperação e representatividade de diversas entidades setoriais que exerciam, oficialmente, a representação dos empresários. Assim sendo, desde 2008 o SEBRAE-ES vem tirando a ênfase na atuação em APL's preferindo atuar diretamente com grupos de empresários, sob o conceito de Núcleo Setorial e Projeto de Encadeamento (cadeia de fornecedores) conferindo a esta metodologia (Metaplan ou Plano de Trabalho) um caráter setorial, não necessariamente em APL. O objetivo é, antes de tudo, fortalecer a capacidade de mobilização dos empresários, de cooperação e de interlocução sem a presença de qualquer entidade de representação.

A partir de 2006, as ações de Governo voltadas para os APL's foram concentradas no Núcleo Estadual para a dinamização dos APL's - NE-ES/APL. O Núcleo Estadual objetiva consolidar a política estadual de fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais tomando como base as diretrizes contidas no Espírito Santo 2025 e nas agendas das entidades representativas dos diversos APL's identificados por ele.

O Núcleo Estadual de Apoio aos APL's do Espírito Santo – NE-ES/APL congrega as ações de política estadual para os APL's. Sua constituição se deu em resposta à recomendação do Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais, coordenado pelo MDIC (MDIC, 2006). O NE-ES/APL foi constituído e se configura em uma rede de organismos de apoio aos APL's, formado por entidades do governo e de representação empresarial. Em seu desenho, foi feita a opção por não instituí-lo por legislação e criar uma estrutura organizacional dentro da SEDES, como ocorreu em alguns estados. O NE-ES/APL tem como foco a articulação das ações voltadas aos APL's.

As atividades do NE-APL/ES têm caráter permanente, ou seja, com prazo indeterminado. A interação de informações ocorre, sobretudo, através de reuniões mensais; circulação de informação através de grupos de e-mail; reuniões semanais da coordenação; gerenciamento e acompanhamento das construções dos PDP's; e participação nos eventos promovidos pelo GTP-APL (MDIC). Sua

primeira atividade foi a seleção dos cinco APL's, considerados pelas entidades que compõem o Núcleo como prioritários para serem inscritos no GTP-APL e como principal resultado a captação de recursos do Projeto Extensão Industrial Exportadora – PEIEX, do MDIC.

Em paralelo, a Secretaria de Ciência e Tecnologia/Fundação de Apoio à Pesquisa do Espírito Santo – SECT/FAPES a partir de 2008 passou a adotar em seus editais o apoio a APL's. Através de um Comitê Gestor Estadual são realizados eventos de divulgação nos APL's e avaliadas as propostas. Este Comitê é formado além da SECT/FAPES, pelo BANDES; SEBRAE-ES, pela FINDES e FINEP ou CNPq, este somente quando há recursos federais. Aqui o foco da política é desenvolvimento tecnológico e inovação. O NE-APL/ES contribui na divulgação e interlocução com os APL's selecionados por este Comitê: APL de Rochas Ornamentais de Cachoeiro de Itapemirim; Móveis de Linhares e Móveis da Grande Vitória; Confecções de Colatina; Metalmeccânico da Grande Vitória e Software da Grande Vitória.

Este capítulo permitiu apresentar as principais instituições de coordenação da política para APL's. As suas respectivas atuações nos permite entender que o que foi construído em termos estaduais está mais voltado para captação de demandas específicas, de articulação e de busca de recursos, sobretudo federais, além de divulgação de informações. Vale dizer, então que a política estadual não está fundamentada em execução de políticas, propriamente dita. Quando o foco é execução de políticas específicas, elas se dão também, na maioria das vezes, como resposta às exigências dos organismos de fomento.

2. Metodologias Adotadas para Identificação dos Arranjos Produtivos Locais e os Principais Mapeamentos Existentes de Arranjos Produtivos Locais no Estado, Vantagens e Limitações.

Neste capítulo serão apresentadas as principais metodologias utilizadas para identificação dos APL's no Estado do Espírito Santo, assim como os critérios para seleção dos arranjos apoiados por políticas.

2.1 – Principais Metodologias Usadas para a Identificação dos Arranjos Produtivos Locais no Espírito Santo

No Espírito Santo se observa que foram adotadas basicamente cinco metodologias que identificaram os arranjos produtivos locais, objetos de políticas.

a. A primeira metodologia baseia-se no reconhecimento de segmentos que têm dinâmica histórica singular na economia estadual e que são importantes para a melhor distribuição espacial de emprego e de renda. Seguindo essa abordagem, as orientações estratégicas desde o ano de 2001 é que no Espírito Santo há, basicamente, quatro importantes arranjos produtivos locais, que independentemente de seu nível de 'amadurecimento', apresentam pelo menos um número significativo de micro, pequenas e médias empresas; concentradas em um determinado território e que apresentam forma percebida de cooperação e liderança.

Neste sentido, os Arranjos Produtivos Locais de Mármore e Granito de Cachoeiro de Itapemirim; Metalmeccânico da Grande Vitória (exceção na lista ao critério melhor distribuição espacial de emprego e de renda); Móveis de Linhares; e Vestuário de Colatina; estão permanentemente na pauta de vários organismos de política pública do Estado, sobretudo, "consensados" na política pública governamental desde 2001².

² Destaque-se que a importância dessas aglomerações já estava presente desde os anos 80/90 em ações públicas, principalmente as apoiadas pelo do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A - BANDES e pelo SEBRAE-ES. Ganham, entretanto, maior destaque a partir de 2001. 4

Av. Pasteur 250 - Urca - Rio de Janeiro- RJ CEP 22290-240 Tel. 55-21-3873.5279 Fax 55-21-2541 8148
www.redesist.ie.ufrj.br

b. Em 2002, a Coordenação de Ciência e Tecnologia - COECT, vinculada à Secretaria Estadual de Planejamento, com base nas diretrizes de Governo Estadual utilizou a metodologia estabelecida pelo Ministério de Ciência e Tecnologia – MCT para procedeu à seleção de APL's para enquadramento junto ao Grupo de Gestão Compartilhada (MCT, FINEP e CNPq). A metodologia estabelecia que a identificação dos APL's deveria considerar (MCT, 2002):

- Importância econômica para a região e potencial para alavancar o desenvolvimento regional;
- Oportunidade de geração de emprego e renda;
- Interiorização do desenvolvimento e/ou a dinamização de regiões estagnadas;
- Impacto na Balança de Pagamentos, através do incremento das exportações e/ou de redução das importações;
- Diminuição das disparidades inter e intra-regionais;
- Possibilidade de dinamização do Arranjo através da utilização de Ciência e Tecnologia;
- Existência de instituições/articuladores locais dispostos a implementar projetos cooperativos;

Junto ao MCT foram selecionados os APLS's: Mármore e Granito de Cachoeiro de Itapemirim; Móveis de Linhares; e Fruticultura do Mamão na Região Norte – Linhares. Ao passarem para a etapa seguinte de construção da plataforma tecnológica, definida como um processo de aquisição de informações e sistematização do conhecimento sobre tecnologias escolhidas e negociação de todos os atores com papéis a desempenhar. Destaque-se a prioridade dada nessa etapa do planejamento à escolha de áreas principais de atuação, resultantes de negociação entre todos os envolvidos.

c. A terceira metodologia é a adotada pelo SEBRAE-ES, de 2003 a 2007. Esta metodologia seguiu as bases nacionais consubstanciadas no Termo de Referência para Atuação em Arranjos Produtivos Locais. O foco da atuação do SEBRAE no apoio aos APL's era promover a inserção das empresas no mercado e a promoção do protagonismo local. Para isso, deveria considerar como pressuposto: o capital humano; o capital social; a governança; e o uso sustentável do capital humano (SEBRAE, 2003: pg. 10). Esta metodologia de atuação consiste na pré-seleção de APL's com:

- aglomerações de empresas de micro e pequenos negócios;
- produção de produtos que apresentam características de homogeneidade;
- capacidade de contribuição para o aumento das exportações ou na substituição das importações;
- potencialidade de mercado e a capacidade de geração de trabalho e renda.

Para seleção e definição do grau de prioridade, considerava-se a contrapartida local; participação no PIB, emprego, exportações e competição com as importações; capacidade de especialização produtiva; análise de cenários e tendências da economia; número de parceiros; e dinamicidade e organização institucional, e capacidade de resposta. Selecionado o APL, a etapa seguinte era a construção do diagnóstico e do plano estratégico do APL, no qual estariam definidos os principais elementos estratégicos de ações decorrentes de uma visão de futuro compartilhada (SEBRAE, 2003).

Em 2004, o SEBRAE-ES implantou a metodologia Gestão Estratégica Orientada para Resultados – GEOR nos APL's selecionados. A GEOR consiste em um planejamento estratégico com metas

visibilidade e reconhecimento a partir dos estudos feitos desde 1997 pelo Grupo de Pesquisa Inovação e Desenvolvimento Capixaba /UFES, no âmbito da REDESIST.

quantificáveis ao longo de três anos. Neste planejamento, empresas e parceiros faziam um pacto denominado de “contratualização” das ações. Assim, foram “contratualizados” os APL’s de Rochas Ornamentais de Cachoeiro de Itapemirim; Software da Grande Vitória; Confecções de Colatina; Móveis de Linhares; Logística da Grande Vitória. Contudo, em outros APL’s de interesse do SEBRAE-ES não foi possível a aplicação da GEOR em razão do baixo nível de governança, mas que continuavam sendo objeto de ações das entidades voltadas para a dinamização de APL’s. Dentre esses, Confecções da Glória; Marcenaria da Grande Vitória; Granito de Nova Venécia; Confecções de Cachoeiro; Metalmeccânico da Grande Vitória; e Petróleo e Gás da Grande Vitória.

d. No âmbito da política governamental, para a Secretaria de Desenvolvimento – SEDES e Secretaria de Ciência e Tecnologia - SECT; os arranjos produtivos locais identificados estão conformados em aglomeração de empresas em determinado território; apresentam expressivo número de empresas e empregos; e a existência de liderança local. Neste sentido, foram identificados e selecionados os APL’s de Rochas Ornamentais de Cachoeiro; Móveis de Linhares; Metalmeccânico da Grande Vitória; Confecções de Colatina e Software da Grande Vitória.

Observa-se, entretanto, que as Secretarias Estaduais não dispõem de um programa para APL’s. As ações de políticas estaduais não têm foco em arranjos produtivos e sim em setores. Contudo, são as empresas em aglomerações produtivas (e que adotaram o ‘rótulo’ APL) aquelas que mais vem sendo beneficiadas por políticas públicas pois apresentam maior capacidade de interlocução com o governo. Dois exemplos: por parte da SEDES, os Contratos de Competitividade que concedem benefícios fiscais em contrapartida a realização de investimentos em capacitação e melhorias operacionais. Já e por parte da SECT, através dos editais na forma de subvenção econômica ou na contrapartida local de projeto institucional como o Centro Tecnológico Vocacional (CVT) de Design de Móveis de Linhares.

e. Em relação à metodologia adotada pelo Núcleo Estadual de Apoio aos APL’s do Espírito Santo – NE-APL/ES, implantado com base na recomendação do Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais – GTP/APL, coordenado pelo MDIC (MDIC, 2006), os arranjos produtivos foram identificados seguindo os seguintes critérios estabelecidos pelo MDIC:

- Concentração setorial de empreendimentos no território;
- Relevante impacto econômico-social;
- Cooperação entre os atores participantes do arranjo (empreendedor e demais participantes, em busca de maior competitividade);
- Existência de mecanismos de governança.

O NE-APL-ES chegou à identificação de dez arranjos produtivos locais:

1. Rochas Ornamentais de Cachoeiro de Itapemirim;
2. Moveleiro de Linhares e Região;
3. Vestuário da Região Noroeste – Colatina;
4. Metalmeccânico da Grande Vitória com ênfase em petróleo e gás;
5. Agroturismo da Região Centro-Serrana
6. Software da Região Metropolitana da Grande Vitória;
7. Moveleiro da Região da Grande Vitória – Cariacica;
8. Fruticultura do Côco da Região de São Mateus;
9. Cachaça de Nova Venécia;
10. Café Conilon da Região Nordeste – São Gabriel da Palha

Em atendimento à chamada do Grupo Permanente de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais – GTP/APL, o NE-APL/ES elegeu como prioritários junto à política pública federal os cinco

primeiros APL's da lista acima. Para tanto, foram elaborados, sob a coordenação deste Núcleo, os Planos de Desenvolvimento Preliminar – PDP's de cada APL.

A metodologia deste plano contempla um processo dinâmico de construção que envolve na sua elaboração o envolvimento dos atores locais, de forma participativa. Sua estrutura deve conter uma contextualização e diagnóstico; apresentar requerimentos tecnológicos, sociais e institucionais dos empreendimentos; apresentar projetos de investimento; expressar os resultados finalísticos que se espera alcançar e os mecanismos de monitoramento e avaliação; conter ações necessárias para atingir os resultados; contar com a contrapartida dos atores envolvidos e explicitar os investimentos locais. A perspectiva temporal destes PDP's é de três anos.

Em seguimento à metodologia estabelecida pelo GTP/APL, em 2007 foram realizadas reuniões de apresentação feita pelo Gestor do APL, com a presença de alguns organismos do NE-APL/ES junto ao GTP/APL a fim de explicitarem as demandas e receberem os encaminhamentos para o estabelecimento da Agenda de Compromissos de cada APL. Entretanto, apenas o APL de Rochas Ornamentais prosseguiu nesta etapa. Por outro lado, o MDIC concedeu o enquadramento do Projeto Extensão Industrial Exportadora - PEIEX para o APL de Vestuário de Colatina que acabou se estendendo também para as empresas localizadas na Grande Vitória.

Atendendo à solicitação do GTP/APL, o NE-APL/ES recomendou cinco APL's que seriam considerados os prioritários no período de 2008 a 2010: Software da Região Metropolitana da Grande Vitória; Moveleiro da Região da Grande Vitória – Cariacica; Fruticultura do Côco da Região de São Mateus; Cachaça de Nova Venécia; e Café Conilon da Região Nordeste – São Gabriel da Palha. O envio se deu na forma de levantamento de informações quantitativas, sendo que a etapa posterior seria de envio do PDP. Algumas reuniões foram realizadas com os representantes empresariais, sem que resultasse na construção PDP.

Desde então, não se observa continuidade da política nacional de apoio aos APL's e uma retração nas atividades do Núcleo Estadual de Apoio aos Arranjos Produtivos do Espírito Santo.

2.2 – Mapeamento de Arranjos Produtivos Locais no Espírito Santo: alguns elementos críticos

O acompanhamento histórico do posicionamento das entidades e organismos voltados para o apoio aos APL's no estado do Espírito Santo permite a afirmação de que os critérios metodológicos de identificação e mapeamento não seguiram um padrão/aproximação conceitual único, o que levou, como já colocado, à existência de formas diferenciadas de enxergar a participação dos APL's na dinâmica econômica capixaba. Os mapeamentos de APL's já realizados podem ser divididos em três categorias distintas, segundo os realizadores do mapeamento.

1. Organismos oficiais de Estado
2. SEBRAE
3. Associações Empresariais/Sindicatos

2.2.1 – Mapeamento através dos organismos oficiais do Estado

No âmbito da política governamental, são dois os mapeamentos de APL's que foram realizados no intuito de orientar as ações dos órgãos de estado.

O primeiro deles foi realizado em 2005 pela Secretaria de Desenvolvimento e Turismo – SEDETUR, que usou como critério:

- a conformação de aglomerado de empresas em determinado território;
- Expressivo número de empresas e empregos;
- Existência de liderança local.

Segundo a SEDETUR, o objetivo fundamental do mapeamento foi gerar um conjunto de informações que servissem de subsídios para a proposição de políticas de intervenção. Isso com o objetivo de dinamização dessas atividades econômicas, através do adensamento das cadeias produtivas locais e de disponibilização de instrumentos que permitissem a evolução da capacidade de industrialização e comercialização de seus produtos.

Pelo próprio objetivo, percebe-se (a) ênfase na idéia de cadeia produtiva e (b) despreocupação com a questão da inovação e dos processos de cooperação e aprendizado. Por outro lado, a falta de especificidades quanto ao critério de territorialidade ou aproximação geográfica deixa ainda mais claro o foco na atividade econômica/cadeia produtiva.

A tabela abaixo apresenta o resultado do mapeamento realizado pela SEDETUR em termos de atividade econômica e abrangência espacial.

Tabela 1 – Identificação dos arranjos produtivos locais no espírito santo segundo a sedetur

NÚMERO DE MUNICÍPIOS POR APL	
APL	Número de Municípios no APL
Alimentos (massas)	19
Aqüicultura e Pesca	8
Cacau e derivados	3
Cafeicultura	49
Confecções	13
Construção Civil	12
Florestal Moveleiro	27
Fruticultura	22
Logística	11
Mármore e Granito	25
Metalmecânico	8
Pecuária de corte	40
Pecuária de leite	43
Petróleo e gás	3
Sucro-alcooleiro	8
Turismo	19

Fonte: SEDETUR (2005)

O segundo deles, e que tem liderado as ações orientadas para APL's no âmbito do governo estadual, é aquele realizado pelo Núcleo Estadual de Apoio aos APL's do Espírito Santo – NE-

APL/ES. Seguindo os critérios indicados pelo Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais – GTP/APL, coordenado pelo MDIC (MDIC, 2006), os arranjos produtivos foram identificados seguindo os seguintes critérios:

- Concentração setorial de empreendimentos no território;
- Relevante impacto econômico-social;
- Cooperação entre os atores participantes do arranjo;
- Existência de mecanismos de governança.

Ainda que seguindo um conceito mais bem elaborado de APL, o levantamento/mapeamento realizado pelo NE-APL/ES ainda indica uma desconsideração com a questão da especificidade e territorialidade necessária na identificação de um APL. Isso fica claro, na tabela abaixo, quando considera o APL de Cachaça de Nova Venécia, por exemplo.

Tabela 2 – Identificação dos arranjos produtivos Locais no Espírito Santo segundo o NE-APL/ES

NÚMERO DE MUNICÍPIOS POR APL	
APL	Número de Municípios no APL
Rochas Ornamentais	15
Confecções da Grande Vitória	4
Confecções de Colatina	4
Móveis de Linhares	7
Metalmecânico da Grande Vitória	6
Fruticultura do Coco / Região São Mateus	5
Software da Grande Vitória	6
Móveis da Grande Vitória	5
Cachaça de Nova Venécia	23
Café Conillon da Região Noroeste	17

Fonte: NE-APL/ES

2.2.2 – Mapeamento SEBRAE

O mapeamento dos APL's realizado pelo SEBRAE-ES e que definiu suas formas de atuação entre 2003 e 2007 indica, na sua descrição metodológica, ter seguido as recomendações consubstanciadas no Termo de Referência para Atuação em Arranjos Produtivos Locais, do SEBRAE-NA. Contudo, o mapeamento realizado, fruto do projeto 'OBSERVATÓRIO' assume um conceito amplo e se aproxima mais de cadeias produtivas ou atividades econômicas. No interior dessas cadeias produtivas foram observados alguns critérios adicionais como capital humano e seu uso sustentável; capital social e esses elementos foram apontados como os que precisam ser estimulados para a conseqüente dinamização do arranjo (SEBRAE, 2003: pg. 10).

De uma forma geral, os elementos de corte para o mapeamento dos APL's estavam ligados a:

- aglomerações de empresas de micro e pequenos negócios;
- produção de produtos que apresentam características de homogeneidade;
- capacidade de contribuição para o aumento das exportações ou na substituição das importações;
- potencialidade de mercado e a capacidade de geração de trabalho e renda.

Convergindo com o escopo e finalidades institucionais do SEBRAE-ES, o mapeamento por ele realizado prioriza a identificação das micro e pequenas empresas (MPE's) e se preocupa basicamente em entender a dinâmica dos APL's identificados a partir da contribuição dessas empresas.

Por essa ótica, o projeto OBSERVATÓRIO e suas recomendações estão ligados não exatamente à dinamização do APL enquanto um conjunto, mas à consolidação da micro empresa e em que sentido podem as políticas daí geradas podem ser dinamizadoras dessas empresas. Assim, as ações daí derivadas se caracterizam por ter pouco foco no APL e maior na firma vista individualmente.

Uma outra especificidade do levantamento realizado pelo SEBRAE-ES diz respeito à dimensão da territorialidade do APL. Neste sentido, o mapeamento não indica a quantidade de municípios participantes do Arranjo. Antes, o mapeamento divide o APL em pólos que podem estar ou não restritos aos municípios próximos dos núcleos de maior dinâmica da atividade econômica.

Tabela 3 – Identificação dos arranjos produtivos locais no Espírito Santo segundo o SEBRAE-ES

APLs	Localização Espacial
Confeções	1) Pólo Grande Vitória (Vitória e Vila Velha)
	2) Pólo Colatina (Colatina e São Gabriel da Palha)
	4) Pólo Linhares (Aracruz, Linhares)
	5) Nova Venécia e Cachoeiro de Itapemirim
Móveis	1) Pólo Grande Vitória (Serra, Vila Velha, Cariacica e Vitória)
	2) Pólo Linhares (Linhares, Sooretama, Rio Bananal e Aracruz)
	3) Pólo Colatina (Colatina e São Gabriel)
	4) Domingos Martins, Venda Nova e Vargem Alta
Construção Civil	1) Pólo Grande Vitória (Serra, Vila Velha, Cariacica, Guarapari e Vitória)
	2) Pólo Linhares (Linhares e Aracruz)
	3) Cachoeiro de Itapemirim
Fruticultura	1) Pólo Linhares (Linhares, Sooretama, Jaguaré e Aracruz)
	2) Domingos Martins, Venda Nova do Imigrante e Marechal Floriano
	3) Pinheiros e Conceição da Barra
Cafecultura	1) Pólo Linhares (Linhares, Sooretama, Jaguaré, Aracruz e Rio Bananal)
	2) Pólo Colatina (Colatina, Marilândia, Governador Lindenberg e Santa Tereza)
	3) Pólo Sul (Iúna, Guaçuí, Marechal Floriano e Domingos Martins)
	4) Nova Venécia, Pedro Canário, Serra
Turismo	1) Pólo Grande Vitória (Vitória, Vila Velha, Guarapari e Serra)
	2) Pólo Litoral Norte (Aracruz, Conceição da Barra e São Mateus)
	3) Pólo Serrano-Caparaó (Domingos Martins, Ibatiba, Iúna, Dorcas do Rio Preto)
Metal Mecânico	1) Pólo Grande Vitória (Vitória, Vila Velha, Cariacica, Guarapari e Serra)
	2) Cachoeiro de Itapemirim
	3) Pólo Linhares (Linhares e Aracruz)
Mármore	1) Pólo Cachoeiro de Itapemirim (Cachoeiro, Castelo, Mimoso do Sul, Vargem Alta e Itapemirim)
	2) Serra
	3) Pólo Colatina (Colatina, Baixo Guandu e Itaguaçu)
	4) Pólo Nova Venécia (Nova Venécia, Barra de São Francisco e Vila Pavão)
Petróleo e Gás	1) Pólo Grande Vitória (Vitória, Vila Velha, Cariacica, Serra)
	2) Aracruz

2.2.3 – Mapeamento de Associações Empresariais

Em termos de mapeamento de APL's fora da esfera de Governo ou do SEBRAE-ES, destacam-se os realizados pelo Espírito Santo em Ação – ESemAção – e pelo Movimento Empresarial do Espírito Santo.

O ESemAção é uma ONG formada por empresários e que pretende contribuir com o desenvolvimento do Espírito Santo a partir de 'visões' que direcionem a economia capixaba de forma mais dinâmica e sustentável. Dado esse objetivo e intenção, os APL's aparecem como forma de instrumentalização dessas ações positivas. Em seu conteúdo, entretanto, confundem-se os termos em que se usa indistintamente distritos industriais, *clusters*, arranjos produtivos e aglomerados de empresas de uma mesma atividade produtiva. Os APL's são tomados como "*aglomerações produtivas que possuem características naturais próprias e que estão consolidadas no processo de formação sócio-cultural da região e das pessoas que nasceram e habitam o local de origem das empresas*".(ESemAção, 2007)

Por conta disso, apesar de identificar APL's, não apresenta qualquer outra característica tais como dinâmica econômica, concentração regional e participação das empresas em cada arranjo, estágio de consolidação ou mesmo os municípios que os compõem.

Já o MEES – Movimento Empresarial do Espírito Santo, no projeto "ESPÍRITO SANTO COMPETITIVO", de 2002, apresenta um estudo sobre as possibilidades de desenvolvimento capixaba fundamentado no fortalecimento dos APL's. A idéia balizadora é que "*o melhor caminho para impulsionar de forma mais eficiente e eficaz o desenvolvimento do Estado é adotar o modelo que tenha como base o conceito de 'arranjo produtivo', ou 'cluster'*" (MEES, 2002: pg. 13). O estudo ressalta que esse novo modelo para o desenvolvimento está centrado no conceito de competitividade que, por sua vez, é respaldado em vantagens competitivas dinâmicas. A exemplo do levantamento realizado pelo ESemAção, a dimensão espacial é totalmente desconsiderada no mapeamento do MEES.

3. Aglomerações Produtivas e Fluxos de Comércio no Estado: Análise Exploratória da Contribuição dos APLs.

O objetivo deste capítulo é apresentar uma análise da participação dos Arranjos Produtivos Locais no fluxo de comércio capixaba. Diferentemente do que foi apresentado no relatório parcial II da pesquisa, a análise será focada nas participações relativas dos APLs e não no valor absoluto da geração de faturamento.

3.1 – Análise dos Fluxos de Comércio dos Arranjos Produtivos Locais no Espírito Santo

A metodologia utilizada permite a comparação das Vendas efetuadas pelo APL com as vendas das mesmas atividades agregadas no âmbito do estado. Neste sentido, tais índices contribuem para captar a relevância das atividades econômicas e dos APLs no conjunto do setor produtivo do estado. Os indicadores estão construídos na tabela e são descritos abaixo:

- 1. Indicador de densidade fiscal** – Relaciona o Valor de Saída das atividades vinculadas ao APL com o total de emprego formal nas atividades; demonstra o volume de vendas gerado a partir do emprego formal; e pode ser comparada com a média do estado nas mesmas atividades;
- 2. Produtividade da atividade** – Relaciona o Valor Adicionado com o total de emprego formal das atividades vinculadas ao APL, podendo ser considerada uma medida de competitividade e ser comparada com a média dessas atividades no estado;
- 3. Participação no Valor Adicionado no Estado** – Relaciona o Valor Adicionado do APL com o Valor Adicionado Total gerado no Estado, a partir do qual pode ser observada a relevância do setor na economia do estado;
- 4. Participação do APL no total das vendas no local** – Relaciona o total das vendas das atividades vinculadas aos APLs com o total das vendas de todas as atividades presentes nos municípios em que o APL está localizado. Este indicador é uma medida da relevância do APL na região.
- 5. Participação do APL no total das vendas das atividades relacionadas no Estado** - Relaciona o total das vendas das atividades vinculadas aos APLs com o total das vendas de todas as atividades similares presentes no estado. Este indicador é uma medida da relevância do APL no setor econômico do estado.

Tabela 4 – Valor das entradas (compras) do APL, segundo os dados da SEFZ/ES para o ano de 2006

Denominação do APL	Emprego Formal	Indicador de densidade fiscal (VS/Emp)	Participação do APL no total das vendas locais (%)	Participação do APL no total das vendas das atividades no Estado (%)
Rochas Ornamentais	30.648	66.193,78	31,75	39,98
Turismo	19.012	3.186,49	0,16	27,82
Software	2.016	3.303,99	0,01	96,92
Logísticaam	19.553	86.477,12	1,56	83,56
Petróleo e Gás	2.262	4.314.784,17	16,46	85,61
Confecções da GV, Confecções de Colatina	31.211	29.563,00	1,59	64,25
Cachaça Nova Venécia	3.639	216.633,78	21,65	49,70
Fruticultura	8.056	835,76	0,32	4,04
Fruticultura do Coco	2285	93.941,23	5,16	24,63
Café Conilon Região Noroeste	9.987	140.970,01	28,41	24,60
Cafeicultura	10.356	258.715,25	15,99	47,69
Metalmecânico da GV	19.969	510.470,89	9,56	95,03
Aqüicultura e Pesca	229	3.542,42	0,01	80,60
Agronegócio da Região Serrana	18.489	1.892,05	2,91	1,14
Móveis de Linhares	14.706	31.327,76	6,44	37,52
Móveis da GV	9196	11.930,54	0,10	16,75

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da SEFAZ/ES.

Duas análises importantes podem derivar da tabela acima. A primeira delas diz respeito à participação dos APLs nas vendas locais, ou seja, nos municípios que abrangem o Arranjo Produtivo. A segunda análise, diz respeito à participação do APL nas atividades correlatas em todo o território capixaba. Este seria um indicador da concentração da atividade econômica no APL.

No primeiro caso, a análise denota a importância do APL para a região em termos de sua participação considerando todas as atividades econômicas. Por essa ótica, o destaque fica para o APL de Rochas Ornamentais que responde, sozinho, por 31,75% de todas as atividades econômicas realizadas na abrangência do APL. Isso é importante uma vez que dois movimentos podem ser indicados na qualificação desta participação relativa. O primeiro é que tendo este APL sido escolhido pelo NE-APL/ES como alvo de políticas públicas de apoio, essa participação tende ser crescente. Além do grau de ‘maturidade’ já alcançada por esse APL, as iniciativas de canalização, pelo Núcleo Estadual de Apoio, das demandas empresariais para a obtenção de recursos levam à percepção de uma consolidação ainda mais importante deste APL. O segundo movimento importante diz respeito à mudança de perfil do APL ao longo dos anos, diminuindo a importância relativa da atividade de extração para as fases posteriores do processo, em que já maior geração de valor agregado.

O segundo destaque fica por conta do APL de Café Conilon da Região Noroeste do Estado. A participação deste APL nas atividades totais da região alcança 28,41%. Novamente, vale destacar que esta atividade econômica no estado também tem passado por transformações profundas e recentes, principalmente em função da consolidação das atividades de pesquisa e de inovações na área plantada, culminando com a maior produtividade do café, além de uma maior geração de valor, dada a diferenciação e aumento da qualidade do produto.

O outro destaque fica por conta do APL de Cachaça de Nova Venécia. Sendo composto por sete municípios da região norte do Estado, esse APL responde por 21,65% de todas as atividades econômicas da região e emprega diretamente cerca de 3.600 pessoas.

O segundo tipo de análise dá conta de apresentar a relação entre as atividades do APL e todas as atividades correlatas no restante do Estado. Isso dá conta de indicar a representatividade do APL na atividade específica. Assim, quanto maior o índice, maior a concentração da atividade em APL. Por essa análise, ganha destaque o APL de software e o APL metalmeccânico que apresentam concentração maior do que 95%. Neste caso, é fácil perceber que a atividade econômica se confunde com o próprio APL.

Logo após aparecem os APL de Logística, Petróleo e Gás e o APL de Pesca e Aquicultura. Esses APLs apresentam concentração dentre 80% e 90%, o que mostra que há uma concentração significativa da atividade econômica estadual dentro do APL.

No caso do APL de software a região importante é a Grande Vitória. Essa região é a mais importante também para o APL de Petróleo e Gás, que também apresenta relevância nos municípios de Linhares e São Mateus. Já no caso do APL de Aquicultura e Pesca, o município de Ibitirama é o mais relevante, segundo os dados da Secretaria da Fazenda Estadual, em 2006.

No outro extremo, a concentração da atividade em APL é menor nos casos de fruticultura e agronegócios na região serrana do Estado. No primeiro caso, apenas 4,04% da fruticultura está inserida no APL. No segundo caso, apenas 1,14% das atividades de agronegócios está no APL da Região Serrana. Ao contrário de mostrar a desimportância do APL, esse indicador sugere que a atividade está desconcentrada espacialmente no estado, revelando pouca densidade em termos de aglomeração das empresas que exploram essa atividade econômica.

4. A Ação de Apoio a APLs, Avaliação das Políticas e Possibilidades do Governo Estadual.

Este capítulo apresenta alguns elementos de análise quanto a definição de políticas públicas de apoio aos APL's no Espírito Santo. Essa análise leva em consideração as metodologias utilizadas para a identificação e os critérios tomados em conta para a seleção daqueles APL's que têm (ou tiveram) a eles direcionamento dessas políticas.

De forma geral, é possível afirmar que embora o Governo do Estado não tenha uma estratégia consolidada de desenho de políticas para os APL's, o tema foi incorporado à agenda pública de forma significativa, ainda que as ações e metodologias necessitem de uma convergência mais concreta e que sejam suficientemente institucionalizadas para balizarem as decisões conjuntas para tais conjuntos de empresas.

Vale destacar que parte da significação das estratégias voltadas para o fortalecimento dos APL's no Espírito Santo pode ser explicada a partir de respostas aos estímulos e definições em âmbito nacional (seja do MCT, do MDIC ou do SEBRAE-NA). Por outro lado, é fácil perceber que o Estado se apóia em uma estratégia passiva, em que a lógica de balizamento das ações é reativa, ou seja, sempre em função do que demandam os organismos federais ou as empresas.

De uma forma ou outra, vale dizer que seja através de ações balizadas em nível nacional ou por políticas estaduais, alguns arranjos apresentam graus de consolidação mais significativos que outros e aproveitam (ou se inserem) mais significativamente em tais políticas de fortalecimento. Isso é

convergente com o comportamento e indicações (tácitas e não escritas) das principais entidades formuladoras/coordenadoras de políticas públicas no Espírito Santo.

Se essa é uma tendência que pode ser observada quanto aos APL's identificados com uma metodologia mais bem definida, a falta de convergência pode ser agravada com o surgimento de outros APL's, em que tal terminologia parece ser usada mais como moda (ES emAção; ES 2025). Nesse caso, os APL's são definidos de forma tão abrangente e em desconsideração à territorialidade que o desenho de políticas verticais direcionadas fica severamente complexo e dificultado.

Por fim, vale uma observação de que embora as ações estejam baseadas na visão da importância dos APLs para o Estado, não se tem uma visão de longo prazo para a consolidação desses arranjos em patamares mais elevados de eficiência econômica e nem sobre os aspectos de aprendizado e inovativos. Ou seja, em termos de longo prazo, não há uma política de rompimento com a lógica atual, o que sugere que as políticas são voltadas apenas para a manutenção das atividades econômicas típicas e tradicionais em cada atividade, com pouco estímulo às novas formas de aprendizado e ao comportamento inovativo.

5. Diretrizes para uma Política Estadual de Apoio a APLS

De uma forma geral, as análises mais sistematizadas de APL's no Espírito Santo podem levar à verificação de que (a) as inovações são basicamente conservadoras e são majoritariamente fruto de respostas às ameaças de mercado; (b) os laços cooperativos são tênues e pouco incentivados e (c) os processos de aprendizado mútuo e integrados são quase inexistentes.

Do lado das políticas e ações de apoio, as análises permitem indicar que (a) persiste a dificuldade de 'calibragem' de políticas voltadas para APL's e (b) as ações apresentam demasiada ênfase na governança como elemento dinamizador do APL e não nos processos de inovação, como era de se esperar. Ou seja, o meio (governança de agentes que respondem a lógicas distintas não necessariamente convergentes) voltado para o enraizamento da capacitação inovativa enquanto instrumento da competitividade econômica e a capacitação social, se torna um fim em si.

O objetivo deste capítulo é apresentar alguns pontos concernentes à natureza as políticas públicas voltadas para APL's capixabas e que podem apresentar um grau de eficiência e efetividade quanto aos estímulos a processos inovativos e de criação de competências e capacitações necessárias à dinamização sustentada do conjunto de empresas aí envolvidas. E, assim, uma dinâmica qualitativa e quantitativamente distinta para o desenvolvimento regional.

5.1 – Sobre a Natureza das Políticas Públicas Voltadas para os Arranjos Produtivos Locais

A abordagem sistêmica que precisa ser considerada ao tratar de APL's requer que se leve em conta importantes elementos característicos e definidores que vão significativamente além das questões da proximidade geográfica e setorial de tais empresas e envolvem toda uma articulação e relação social, econômica e institucional que os caracterizam como únicos e irreplicáveis. A visão metodologicamente mais bem delineada na definição de quais aglomerados empresariais capixabas podem (ou não) ser caracterizados como arranjos produtivos é fundamental para o desenho de políticas públicas que sejam consistentes, em primeiro lugar, com os fluxos sistêmicos de produção e de conhecimento presentes em tais arranjos. E, em segundo lugar, com as especificidades que precisam ser levadas em conta em cada arranjo de empresas. Isso é importante dada a proposição de que políticas genéricas podem não ter efeitos desejados e necessários sobre tais fluxos de produção e de conhecimento, uma vez que o processo inovativo é dependente das especificidades locais.

Assim, tomando-se em consideração as características e o *modus operandi* dos APL's, pode-se dizer que as políticas públicas de cunho genérico que não levam em consideração as

especificidades diferenciadoras do arranjo tendem a não ter efeitos significativos uma vez que elas, de um lado não potencializam as vantagens competitivas específicas de arranjos distintos e, por outro lado, não atacam as dificuldades e desafios (também específicos) que os APL's enfrentam.

Dentro dessa ótica, as políticas voltadas para esses conjuntos de empresas precisam levar em consideração os diferentes contextos em que foram formados e as diferentes bases sobre as quais se sustentam. As políticas públicas que não levarem em conta o contexto institucional, as diferenciações regionais, sociais e econômicas de cada APL – que são, conforme enfatizado na abordagem neo-schumpeteriana, de difícil homogeneização - apenas apresentarão resultados limitados. Isso quer dizer que, ainda que importantes, essas políticas precisam ser complementadas com ações locais e diretamente direcionadas à potencialidade e aos desafios específicos de cada APL.

Além disso, a geração de novas competências (empresariais e sociais) precisa acontecer de acordo, em convergência e concomitante à evolução do APL. Isso quer dizer que em cada momento, dado o estágio em que se encontra sua dinâmica competitiva, APL's diferentes precisarão de competências específicas, o que coloca em xeque a efetividade de políticas genéricas e implementadas sem o real entendimento dessas necessidades.

Somado a isso, o contexto e evolução institucional de cada APL, quando levado em conta, irá direcionar a política para o uso de instrumentos que sejam eficientes – no tempo e no espaço. Neste sentido, pode-se dizer que cada contexto institucional irá requerer instrumental diferenciado. Novamente, essa especificidade deixa claro que as políticas de âmbito nacional ou mesmo estadual, não podem, por si só, serem o canais exclusivos de dinamização dessas empresas.

Por fim, é preciso pensar em diferentes formas de articulação e diferentes meios de promoção de aprendizado interativo, quando se pensa em políticas para APL's. Isso leva a ponderação de que dependendo da trajetória e característica de cada APL, deve haver uma mudança na importância relativa tanto dos atores atuantes quanto dos recursos necessários para tais políticas em cada APL.

Vale dizer ainda, que à medida da evolução dos APL's, as políticas públicas precisam ser alteradas para dar conta de novas necessidades e potencialidades que surgem, fazendo com que tais políticas apresentem sempre caráter dinâmico e não estático.

Com isso em mente, reconhece-se que tanto em termos nacionais quanto estadual, a fase atual ainda se caracteriza por um processo de desenvolvimento no que se refere à consolidação de um arcabouço de políticas públicas para a promoção de Arranjos Produtivos Locais. O grande desafio a ser vencido, neste sentido, é que enquanto já começam a haver questionamentos sobre a viabilidade da abordagem de políticas voltadas para os APL's, o processo de aprendizado necessário para desenhar políticas mais efetivas ainda não está consolidado.

5.2 – Linhas Básicas de uma Política para Arranjos Produtivos Locais no Espírito Santo

Como explicitado no capítulo dois, um dos problemas quanto as ações de políticas voltadas para os APL's no Espírito Santo, é que elas não consideram os termos essenciais definidores de um APL, qual seja, a dimensão da inovação, da cooperação voltada para o aprendizado e para os importantes fluxos de conhecimento tácito entre os agentes. Uma política voltada para a dinamização de cada APL precisa ser consistente com um conceito que considere essas dimensões, já que se parte da idéia de que é a inovação que pode garantir uma dinâmica de longo prazo para o APL que o coloque em condições de competitividade mesmo com as transformações profundas e radicais pelas quais passam todos os setores da atividade econômica.

Outro ponto importante, é que uma política voltada para APL precisa partir da existência de pactuação e integração entre os participantes de APL e, neste ponto, vale dizer que o simples fortalecimento da governança enquanto um fim em si não gera automaticamente este princípio norteador.

Isto equivale dizer que a não ser que haja algum tipo de vínculo que integre fortemente os participantes de um APL, as políticas implementadas terão efeitos reduzidos e apenas algumas empresas serão beneficiadas por ações de apoio. A pactuação e integração prévia faz suplantam a visão individual sobre organizações (empresariais e outras) para criar um foco que seja no conjunto de instituições.

Por fim, se a ação de empresas precisa ser integrada, a lógica precisa ser a mesma para as organizações de apoio (seja de financiamento, fomento e/ou capacitação). Neste sentido, a cooperação também entre os formuladores de política passa a ser um requisito básico e necessário para o desenho de ações que sejam efetivas em termos de dinamização dos APL's. Ou seja, ainda mais importante do que pensar o APL enquanto ação conjunta e integrada de empresas, as políticas de promoção de APL's não devem ser implementadas de forma isolada, mas devem representar os rebatimentos locais das prioridades de desenvolvimento regional e a possibilidade de sua instrumentalização e articulação efetivas só pode acontecer se houver também integração do lado da oferta de apoio.

O que se propõe, assim, em primeiro lugar, é que haja acordos de cooperação e pactuação também entre os organismos até agora citados no relatório. Além desses, a idéia remete a um conjunto de iniciativas especiais de políticas de ampla gama, envolvendo questões de gestão, tecnológicas, financeiras, legais, comerciais, ambientais etc. De uma forma mais profunda, as políticas também devem se relacionar as ações de mobilização, sensibilização, capacitação, treinamento, assistência e consultoria, interação e cooperação entre agentes componentes do APL.

Numa dimensão ainda mais complexa, há de se pensar em proposições que visem, ainda, uma mudança de cultura de todos os agentes do APL.

5.2.1 – Um sistema de crédito para Arranjos Produtivos Locais

Quando se fala a respeito de uma política de crédito para os APL's no Espírito Santo, dois pontos precisam ser imediatamente esclarecidos. O primeiro deles, é que se trata de um *crédito schumpeteriano*. Isso quer dizer, que o vetor financeiro da operação precisa estar direcionado a algum tipo de inovação ainda que no âmbito da empresa. Por esta ótica, se está privilegiando orientação de recursos de financiamento para o longo prazo.

O segundo, é que o crédito precisa estar ligado a uma contrapartida de aumento da capacitação empresarial.

a) Criação de um *FUNDO DE RECURSO PARA INOVAÇÃO EM ARRAJOS PRODUTIVOS LOCAIS*.

- Fundo composto a partir de recursos financeiros do BANDES e do BNB, direcionados a projetos de inovação em Arranjos Produtivos Locais. A liderança para formação, estímulo e adequação do Fundo ficaria a cargo do BANDES;
- Os recursos seriam operacionalizados pela Fundação de Apoio à Pesquisa – FAPES e direcionados a duas modalidades distintas: (a) modalidade com retorno, voltados para projetos de inovações, prospecção tecnológica e novos materiais, cujos resultados inovativos representem algo novo para as empresas no estado e (b) modalidade sem retorno, voltados para projetos de inovação, prospecção tecnológica e desenvolvimento de novas tecnologias, novos materiais, cujos resultados inovativos representem algo novo para as empresas no país;
- Os recursos seriam liberados a partir da aprovação de projetos de inovação, subscritos por empresas participantes do Arranjo e/ou por alguma associação empresarial e sempre em

convênio com grupos ou institutos de pesquisa, situados no estado e com excelência em pesquisa, como UFES ou IFES, por exemplo;

- A contrapartida necessária da parte das empresas do APL estaria ligada a participação de cursos de capacitação empresarial e social, no sentido de permitir a construção de conexões entre empresários, fundamentadas na interação e integração, de forma que estimule ações cooperativas dentro do Arranjo Produtivo.

b) Criação de uma linha de *CRÉDITO PARA CONSOLIDAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS*

- Criação de uma linha de crédito a partir de recursos do BANESTES, CAIXA ECONOMICA FEDERAL E BANCO DO BRASIL.
- Operado e gerenciado pelo BANESTES, a linha de crédito, direcionada para o APL (e não para a empresa isoladamente) disponibilizaria recursos direcionados para a atualização tecnológica, cursos de capacitação e para a formulação de planos estratégicos para APL's no Espírito Santo;
- As demandas seriam apresentadas por uma entidade representativa do APL e subscrita por empresas participantes;
- O crédito, em qualquer caso, estaria condicionado à participação da UFES ou IFES que participariam da fase estratégica de elaboração de um plano de desenvolvimento e capacitação de médio e longo prazo para o APL.

Vale dizer, que tais ações só podem apresentar efeitos positivos se atreladas a uma outra mudança de postura em relação aos operadores de crédito. Essas mudanças envolvem:

- mobilização de maior volume de recursos voltados para Arranjos Produtivos Locais e não para empresas isoladamente;
- simplificação de exigências e burocracia para tratamento de uma organização que tem um caráter coletivo;
- novas metodologias de análise de crédito e de avaliação e classificação de risco para investimentos em inovação;
- criação de fundos de capital empreendedor direcionados para APL's;
- mobilização, sensibilização, capacitação e re-qualificação dos agentes financeiros no sentido de aprender a lidar com entidades associativas e não com empresas isoladamente.

5.2.2 – Uma política e estratégia para capacitação empresarial e social nos Arranjos Produtivos Locais no Espírito Santo

O objetivo dessa política integrada e coordenada é criar as condições necessárias para a diminuição das incertezas e das idiossincrasias que as firmas situadas em APL's enfrentam como fruto da hostilidade dos sistemas de mercado à micro, pequena e média empresa. A idéia é que a criação de competências necessárias ao enfrentamento de novos tempos e novas formas de competição/concorrência de mercado e que estejam voltados para a perenidade sustentada da firma carece de ações que promovam a convergência entre a capacitação empresarial no interior da firma e social em seu entorno. Isso, no sentido de que se possa promover os transbordamentos que criem hábitos e valores voltados para o aproveitamento de janelas de oportunidade que surgem.

A operacionalidade dessa política, a cargo do NE-APL/ES se dará mediante um convênio de cooperação entre os órgãos abaixo listados:

Convênio de Ação Coordenada para a Capacitação Empresarial e Social em Arranjos Produtivos Locais no Espírito Santo

UFES	IFES	SENAI
SENAR	SENAC	SEBRAE-ES
SEST/SENAT	NE-APL/ES	MDIC

Dentro de uma lógica de oferta, os órgãos listados, sempre em convênio cooperativo poderão ofertar a APL's cursos ou programas de capacitação empresarial e as entidades locais cursos ou programas de capacitação social. Cada curso ou programa deverá contar, obrigatoriamente, com a participação de pelo menos três órgãos listados.

Dentro de uma lógica de demanda, os APL's, através de suas entidades representativas e sempre subscritas por empresas participantes poderão contratar cursos ou programas específicos às suas necessidades, de forma que a execução do projeto seja convergente com as especificidades colocadas pelos APL's.

Em um ou outro caso, os APL's poderão recorrer às linhas de créditos para APL para o suporte financeiro dos cursos ou programas de capacitação.

Neste sentido, o programa de capacitação deixa de apresentar uma natureza genérica, construída apenas de 'cima para baixo' e passa a expressar também a lógica de demanda adequada e específica para as necessidades prementes apresentadas pelo conjunto de empresas.

5.2.3 – Governança e construção da identidade representativa do APL

De uma forma geral, os APL's carecem de representatividade. Ainda que hajam ações produtivas por diversos órgãos de apoio ou de empresários, como ficou claro no capítulo 3, a representatividade das demandas, das necessidades e ainda a tarefa de execução dos planos estratégicos para os APL's provavelmente poderão aumentar seus graus de resolutividade se realizados através de uma Secretaria Executiva do APL. Assim, dado um planejamento e levantamento conjunto, as questões diretamente ligadas ao APL estariam a cargo dessa Secretaria Executiva.

Para a formação de pessoas capazes para a ocupação da função, o Grupo de Ação Coordenada para a Capacitação Empresarial e Social em Arranjos Produtivos Locais, descrito anteriormente, poderia oferecer um curso de formação neste sentido.

Vale dizer, entretanto, que essa Secretaria Executiva de cada APL não estaria ligada exclusivamente às questões de representação burocrática do APL. Pelo contrário, a Secretaria Executiva também cumpre principalmente a função de PROMOTORA de inovação dentro do APL.

Neste sentido, suas tarefas passam a ser de:

- Sensibilizar atores locais para promover a cultura de interação e integração, aprendizado coletivo e geração de inovações;
- Difundir novas tecnologias de gestão, de produção e de capacitação no APL, como por exemplo, aquelas ligadas ao mais eficiente das tecnologias da informação e comunicação;
- Formatar e incentivar a formação e fortalecimento de redes de disseminação de informações técnicas entre os participantes do APL;
- Promover ações conjuntas de marketing e comercialização

A implementação dessa política poderá ser feita em três fases:

FASE 1: Elaboração, divulgação e implementação pelo SEBRAE do Curso de formação para Secretarias Executivas para Arranjos Produtivos Locais no Espírito Santo. O curso, com nível de especialização *lato sensu*, seria ministrado levando em consideração a necessidade de resgate do conceito metodologicamente mais delineado de APL's (em termos semelhantes mas adequados ao atual estágio de difusão da abordagem, aos que forma dados para a Finep e para o Sebrae-NA em 2002/03);

FASE 2: Formação, pelos APL's, de suas respectivas Secretarias Executivas, podendo os APL's criar também uma instância deliberativa, formada principalmente pelas instituições representativas já constituídas;

FASE 3: Implementação de um Planejamento Estratégico de Longo Prazo do APL, com indicação de metas e índices de acompanhamento das ações da Secretaria Executiva.

Vale lembrar, entretanto, que mesmo essas ações apresentariam poucos resultados se permanecer a falta de uma abordagem conceitual com cuidados metodológicos, o que certamente serviria para limitar e inviabilizar tais políticas públicas. Isso se dá fundamentalmente porque as políticas e ações de promoção de APL's não podem eleger outros pontos norteadores que sejam substitutos do foco em processos interativos, inovativos e de estímulo aos fluxos de conhecimento para aprendizado em conjunto. O resgate do conceito de APL focado na inovação é o principal desafio ainda a ser vencido nesta perspectiva.

Considerações Finais

A promoção de Arranjos Produtivos Locais através de políticas públicas deve levar em consideração que a inovação é o principal fator de competitividade sustentada das empresas como um todo e em especial daquelas integrantes desses arranjos. No caso capixaba, os APL's são considerados os principais vetores de dinamização dos espaços econômicos no interior do estado e os principais elementos de dinamização de micro, pequenas e médias empresas capixabas.

Assim, as aglomerações produtivas organizadas em APL's podem ser consideradas como o formato mais adequado para a geração e fluxo de conhecimento e para incentivo de processos inovativos e cooperativos entre empresas e entre essas e instituições de fomento, de desenvolvimento de conhecimento e de financiamento. Disto decorre que as políticas de promoção de inovação em Arranjos Produtivos Locais são estratégicas para o desenvolvimento econômico capixaba.

A efetividade de tais políticas promotoras de dinamização inovativa em APL's, entretanto, depende do reconhecimento de que as ações de cunho genérico e que não levem em consideração as especificidades de cada um desses arranjos não podem ser instrumentos potencializadores de desenvolvimento. Isto porque ações genéricas não levam em conta nem as vantagens competitivas diferenciadas e nem as dificuldades que cada um desses APL's enfrentam.

Por sua vez, a dimensão institucional precisa ser levada em conta, uma vez que constitui elemento crucial do processo de capacitação inovativa e produtiva do arranjo. Isto quer dizer que diferentes contextos institucionais requerem diferentes formas de articulação e diferentes meios de promoção de aprendizado interativo. As ações de apoio que podem ser aderentes a uma dada institucionalidade pode ser totalmente descolada da realidade institucional de outro.

Isto não quer dizer, porém, que as políticas somente são válidas se desenhadas estritamente para um APL. Pelo contrário, o que se quer dizer é que quando da implementação da política e das ações de apoio, é preciso deixar espaços de flexibilidade para que as organizações locais possam adaptar as ações necessárias às suas especificidades.

Além disso, à medida da evolução dos APL's, as políticas precisam ser alteradas para dar conta de novas necessidades e das novas potencialidades que surgem, fazendo com que tais políticas apresentem sempre caráter dinâmico e não estático.

Com isso em mente e dado que o Brasil ainda está em processo de desenvolvimento no que se refere à consolidação de um arcabouço de políticas públicas para a promoção de Arranjos Produtivos Locais, pode-se afirmar que políticas de cunho federal tendem a ser genéricas e padronizadas. Em termos estaduais, embora possa haver maior discricionariedade, as ações políticas implementadas no âmbito capixaba ainda padecem dessa necessidade diferenciadora.

Uma vez que a política oficial de promoção de APL's no Espírito Santo está fortemente voltada apenas para a intermediação entre as demandas das empresas e a oferta de recursos federais, há fortes indícios (conforme mencionados ao longo deste trabalho) da ausência de uma estratégia clara de destravamento de gargalos que impedem um aumento da capacidade inovativa de alguns APL's no estado.

Em parte pode-se dizer que é a falta de uma abordagem conceitual com cuidados metodológicos que contribui para limitar a capacidade de desenho de políticas e instrumentos adequados. Como explicitado no capítulo dois deste relatório, os conceitos utilizados pelos principais órgãos de apoio aos APL's capixabas estão focados principalmente na cadeia produtiva. Assim, parece haver um distanciamento entre as ações que daí resultam e a principal intencionalidade que deveria haver quanto a estes conjuntos de empresas: o incremento competitivo centrado na continuada capacidade para inovar.

Ou seja, as políticas públicas de promoção de APL's devem focar os processos interativos e de fluxos de conhecimento e mecanismos de aprendizado no conjunto de atores envolvidos, que são diferenciados para aglomerados de empresas e que resultem na criação de competências que sejam suficientemente fortes e adequadas para promover enraizamento inovativo e diferenciador na lógica de competição do mercado.

Quando não é esta a dimensão que está sendo explicitamente privilegiada nas políticas de apoio, acaba-se por formar uma situação de discrepância e em alguns casos até de contradição entre os conceitos utilizados e as políticas implementadas, além da ocorrência de concorrência entre políticas quando o desejável é a complementaridade entre elas.

Neste sentido, o resgate (e a aceitação pactuada entre os atores e agentes envolvidos na dinâmica competitiva econômica e de capacitação social no âmbito de cada arranjo) da dimensão inovativa de empresas e de organismos de apoio e fomento em Arranjos Produtivos Locais é passo imprescindível para que as políticas e instrumentos desenhados possam apresentar um maior grau

de efetividade. A continuar como vem ocorrendo, a dinâmica de APL's no Espírito Santo corre o risco de se inviabilizar enquanto instrumento voltado para o desenvolvimento econômico local/regional.

Fontes Utilizadas:

A força dos pólos. **Revista II Vitória Moda Show**, Vitória, ano 2, n. 2, setembro 2009.

ABREU, Alvaro. **Análise do Mapeamento e das Políticas Para Arranjos Produtivos Locais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil – Espírito Santo**. 2009. Entrevista concedida a Ueber José de Oliveira, Vitória, 16 jul. 2009.

ALBANESES JUNIOR, Neil Palácios. **Produtividades das pequenas e médias empresas viia processo de exportação – o caso da Convix – Consórcio Vitória Export**. 2008. 97 f. Dissertação (Mestrado Administração de Empresas) – Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas Em Contabilidade, Economia e Finanças – Fucepe, Vitória, 2008.

BANDES - BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO. **Centros de Apoio em Serviços Tecnológicos Capixabas** (2005). Disponível em www.bandes.com.br. Acesso em 11 de dezembro de 2009.

BANDES – BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO. Disponível em www.bandes.com.br. Acesso em 15 de novembro de 2009.

BUFFON, José Antônio Bof. LIMA, Eliene. **Análise do Mapeamento e das Políticas Para Arranjos Produtivos Locais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil – Espírito Santo**. 2009. Entrevista concedida a Thais Oliveira de Oliveira. Vitória, 22 Set. 2009.

CDMEC – CENTRO CAPIXABA DE DESENVOLVIMENTO METALMECÂNICO. **PDF-ES – Programa de Desenvolvimento de Fornecedores do Espírito Santo**. Disponível em www.cdmeccom.br. Acesso em 15 de novembro de 2009.

CENTRO UNIVERSITÁRIO VILA VELHA – UVV. Disponível em www.uvv.br. Acesso em 11 de dezembro de 2009.

CHAGAS, Vinícius. **Análise do Mapeamento e das Políticas Para Arranjos Produtivos Locais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil – Espírito Santo**. 2009. Entrevista concedida a Ueber José de Oliveira e Thais Oliveira de Oliveira. Vitória, 25 Set. 2009.

CHIEPPE, Wagner. **Análise do Mapeamento e das Políticas Para Arranjos Produtivos Locais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil – Espírito Santo.** 2009. Entrevista concedida a Talita Guedes de Souza e a Ueber José de Oliveira, Vila Velha, 04 Set. 2009. 2009.

CNT – **CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE.** Disponível em www.cnt.org.br. Acesso em 16 de novembro de 2009.

Companhia de Desenvolvimento de Vitória. Vitória, ES. Disponível em: <http://www.cdvtoria.com.br>.

DADALTO, Maria Cristina. **Análise do Mapeamento e das Políticas Para Arranjos Produtivos Locais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil – Espírito Santo.** 2009. Entrevista concedida a Nívia Cavatti Maciel e a Ueber José de Oliveira, Vila Velha, 03 set. 2009.

DIAS, Dnilson Carlos. Pinto, Miriam de Magdala. **Gestão da inovação e as particularidades da atividade de desenvolvimento de software: o caso da região da Grande Vitória/ES.** GEPROS – Gestão da Produção, Operação e Sistemas. Ano 2, n. 1, Set./Dez. 2006.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo. **Plano de desenvolvimento sustentável do turismo do Espírito Santo 2025.** Vitória, 2006.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado do Turismo. **Manual de linhas de financiamento para o turismo.** Vitória, 2007.

ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO. Disponível em www.es-acao.org.br. Acesso em 16 de novembro de 2009.

FAÉ, Áureo. **Pólo de Confeções da Glória.** 2009. Entrevista concedida a Nívia Cavatti Maciel, Vila Velha, 30 set. 2009.

FELIPE, Edileide. **Análise do Mapeamento e das Políticas Para Arranjos Produtivos Locais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil – Espírito Santo.** 2009. Entrevista concedida a Nívia Cavatti Maciel, Cariacica, 05 out. 2009.

FERRETTI, Renata Cardoso. **Competição da China: Considerações sobre os impactos nas empresas de vestuário no Espírito Santo.** 2006. 63p. Monografia apresentada ao Departamento de Administração da Universidade Federal do Espírito Santo para a colação do Grau de Bacharel em Administração.

FETRANSPORTES – **FEDERAÇÃO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DO ES.**
Disponível em www.fetransportes.org.br. Acesso em 16 de novembro de 2009.

FREITAS, Durval de Freitas. **Análise do Mapeamento e das Políticas Para Arranjos Produtivos Locais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil – Espírito Santo.** 2009. Entrevista concedida a Talita Guedes de Souza. Vitória, 04 Set. 2009.

MACHADO, Marcílio. **Análise do Mapeamento e das Políticas Para Arranjos Produtivos Locais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil – Espírito Santo.** 2009. Entrevista concedida a Talita Guedes de Souza. Vitória, 10 Nov. 2009.

MACABÚ, Ana Karla. **Análise do Mapeamento e das Políticas Para Arranjos Produtivos Locais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil – Espírito Santo.** 2009. Entrevista concedida a Talita Guedes de Souza. Vitória, 13 Nov. 2009.

GODINHO, Marco Junio de Faria. **Análise do Mapeamento e das Políticas Para Arranjos Produtivos Locais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil – Espírito Santo.** 2009. Entrevista concedida a Patrícia e Thais Oliveira de Oliveira. Vitória, 23 Set. 2009.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **SEDES – Secretaria de Desenvolvimento do Espírito Santo.** Disponível em www.sedes.es.gov.br. Acesso em 15 de novembro de 2009.

IEL – INSTITUTO EUVALDO LODI. Prodfor – **Programa Integrado de Desenvolvimento e Qualificação de Fornecedores.** Disponível em www.prodfor.com.br. Acesso em 15 de novembro de 2009.

IFES – **INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO.** Disponível em www.ifes.edu.br. Acesso em 15 de novembro de 2009.

LEAL, Érika. **Análise do Mapeamento e das Políticas Para Arranjos Produtivos Locais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil – Espírito Santo.** 2009. Entrevista concedida a Thais Oliveira de Oliveira. Vitória, 25 Ago. 2009.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES. **PNLT – Plano Nacional de Logística e Transportes.** Disponível em www.transportes.gov.br. Acesso em 16 de novembro de 2009.

MORAIS, Marcelo Alves de. **O Arranjo Produtivo de Turismo de negócios/ eventos de Vitória/ES: Uma análise baseada em teorias recentes da inovação no setor de serviços.** 2005. 148p. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo para a obtenção do título de Mestre em Economia.

NUNES, Dênis Pedro. GODINHO, Marco Junio de Faria. **A atuação municipal na mobilização para o desenvolvimento setorial e econômico local.** In: XVI Seminário Nacional de Parques Tecnológicos e Incubadora de Empresas & XIV Workshop Anprotec. Salvador. Bahia, 23 de agosto de 2006.

PLANO ESPÍRITO SANTO 2025. Disponível em www.espiritosanto2025.com.br. Acesso em 16 de novembro de 2009.

SEBRAE – SERVIÇO DE APOIO À MICRO E PEQUENA EMPRESA. **Arranjo Produtivo Local de Confeccões da Região Noroeste do Espírito Santo.** [2007] Disponível em www.sebraees.com.br. Acesso em 19 de julho de 2009.

SEBRAE – **SERVIÇO DE APOIO À MICRO E PEQUENA EMPRESA.** Disponível em www.sebraees.com.br. Acesso em 15 de novembro de 2009.

SENAI – **O SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL.** Disponível em www.senai.org.br. Acesso em 15 de novembro de 2009.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM – **SENAC.** Disponível em www.es.senac.br. Acesso em 11 de dezembro de 2009.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – **SENAI.** Disponível em www.es.senai.br. Acesso em 11 de dezembro de 2009.

SEST/SENAT – **SERVIÇO SOCIAL DO TRANSPORTE/SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TRANSPORTE.** Disponível em www.sestsenat.org.br. Acesso em 16 de novembro de 2009.

SETPES – **Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Espírito Santo**. Disponível em www.setpes.com.br. Acesso em 16 de novembro de 2009.

SINDICATO DA INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES DE ROUPAS EM GERAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - **SINCONFEC**. Disponível em www.sinconfec.com.br. Acesso em 11 de dezembro de 2009.

SINDIEX – SINDICATO DO COMÉRCIO DE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **A Importância da Cadeia de Serviços do FUNDAP na Economia do Estado do Espírito Santo**. Julho de 2008. Disponível em www.sindiex.com.br. Acesso em 07 de Agosto de 2009.

SUDRÉ, Gilberto. **Análise do Mapeamento e das Políticas Para Arranjos Produtivos Locais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil – Espírito Santo**. 2009. Entrevista concedida a Talita Oliveira e Thais Oliveira de Oliveira. Vitória, 22 Set. 2009.

SUDRÉ, Gilberto. **Análise do Mapeamento e das Políticas Para Arranjos Produtivos Locais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil – Espírito Santo**. 2009. Entrevista concedida a Thais Oliveira de Oliveira, Vitória, 16 jul. 2009.

TECVITÓRIA. **CE3D – Centro de Excelência em Tecnologia Tridimensional**. Disponível em www.genevix.com.br. Acesso em 15 de novembro de 2009.

TecVitória. Vitória, ES. Disponível em: <http://www.tecvitoria.com.br>.

TRANSCARES - **SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE CARGAS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**. Disponível em www.transcares.com.br. Acesso em 16 de novembro de 2009.

UFES – **UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**. Disponível em www.ufes.br. Acesso em 15 de novembro de 2009.

VIEIRA, Edivaldo Almeida. **Análise do Mapeamento e das Políticas Para Arranjos Produtivos Locais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil – Espírito Santo**. 2009. Entrevista concedida a Ueber José de Oliveira, Vitória, 06 jul. 2009.

VILLASCHI FILHO, Arlindo; LIMA, Eliene dos Santos. **Arranjo Produtivo Metalmeccânico/ES**. Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – IE/UFRJ Rio de Janeiro, Dezembro de 2000. (Estudos Empíricos – Nota Técnica 15).